



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6362 - Pôster - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 20 - Sociologia da Educação

Educar para a democracia em tempos de crise do modelo liberal-representativo

Neri José Mezadri - UPF - Universidade de Passo Fundo

EDUCAR PARA A DEMOCRACIA EM TEMPOS DE CRISE DO MODELO LIBERAL-REPRESENTATIVO

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Capitalismo. Crise. Representação. Democracia.

A democracia é uma forma de governo e um modo de vida, a educação um processo de trocas culturais que produz saberes e comportamentos sociais. Enquanto ação sistemática, intencional e institucionalizada, a educação é planejada em distintas instâncias e modalidades, da pré-escola à pós-graduação, passando por uma diversidade cada vez maior de formatos e dinâmicas. Enquanto processo pessoal estende-se por toda a vida, transformando o ato educativo em marca antropológica e movimento aberto, potencializada na interação social. À medida que o indivíduo interage, se constitui como humano neste movimento, embora isso não ocorra, necessariamente, de forma refletida e consciente. Nossa tarefa diz respeito a como, através da educação, desenvolver atitude reflexiva, elaborar ferramentas analíticas e fortalecer o pensamento crítico, para que as escolhas pessoais se coadunem numa dinâmica interdependente de vida em sociedade. A nosso ver, é imperativo (re)discutir o papel da educação na dinâmica da formação humana, considerando e compreendendo os processos socioculturais de constituição de “consensos” e subjetividades, analisar seus efeitos e ensaiar intervenções possíveis.

Pensar a educação para a democracia exige consciência a respeito das bases sobre as quais foi construída a experiência histórica que chega ao século XXI, além da natureza da crise que se abate sobre ela. É preciso compreender se estamos à beira de um colapso definitivo ou se enfrentamos o esgotamento de um modelo. Este exercício não parece possível sem investigar os núcleos do desenvolvimento da democracia liberal-representativa, modelo que se consolidou como hegemônico desde a estruturação do Estado moderno e, depois, fazer o exercício de olhar para a “potência” que a democracia ainda carrega. Não é mero detalhe o fato de o modelo que nos serve até o presente momento ter se configurando sob forte influência do sistema político econômico capitalista. Embora existam singularidades e as experiências vão se constituindo no jogo das particularidades locais e históricas, ao menos duas grandes orientações distintas predominaram nos últimos anos: o Estado de bem-estar social e, mais recentemente, a neoliberal. Parece razoável o esforço analítico de compreender a democracia nesta relação, a fim de identificar lacunas e fragilidades do funcionamento do

sistema político e em que medida se vinculam à racionalidade financista.

As manifestações que ocorreram mundo afora desde 2013 foram expressão simbólica da crise de representatividade. Nelas, a declaração: “não nos representam”, uma das mais emblemáticas, quase um *slogan*. A corrosão da confiança atingiu não apenas os atores diretamente envolvidos na política, atingindo em parte as instituições. Mais de dois terços dos cidadãos do planeta julgam que os políticos não os representam, além de ser extremamente alta a desconfiança, por exemplo, dos espanhóis nos partidos políticos (65%) e mesmo dos que não confiam no sistema legal (54%), segundo dados de 2016 (CASTELLS, 2016, p. 14-15). Ao mesmo tempo, para Castells, mesmo que cada vez menos gente acredite na democracia liberal, “a grande maioria continua defendendo o ideal democrático” (2016, p. 16). Deste entendimento, extraímos a hipótese de que o consenso da democracia liberal, responsável por manter estabilidade social e política, teve um custo social enorme para a maior parcela da população. Especialmente na fase neoliberal, o máximo que alguns governos com vontade política e compromisso “ideológico” conseguiram foi mitigar os efeitos perversos das políticas que geraram alta concentração de renda e riqueza.

Educar para a democracia, além de compreender este processo, implica sustentar uma concepção que vá além da manutenção do regime democrático de escolha periódica de representantes para o Executivo e o Legislativo. Democracia significa acompanhar e interferir nestes processos, o que, por sua vez, diz respeito à formação para decifrar os enigmas e as artimanhas de poder que tornam o sistema político e o próprio Estado reféns das grandes corporações e da racionalidade neoliberal. Uma educação que não esteja comprometida com o pensamento crítico não terá o alcance para se somar à perspectiva da democracia de alta intensidade, aquela que se constitui em “processo de transformação de relações de poder desigual em relações de autoridade partilhada.” (SANTOS, 2016, p. 133)

Se a educação é processo de interação e o educando sofre interferência do meio social, a transformação da realidade exige articulação com espaços formativos que se dão fora da escola. O problema de pesquisa parte do pressuposto da possibilidade de educar para a democracia: considerando a crise do modelo liberal-representativa e o ideal democrático ainda no horizonte, que desafios se impõem à educação numa perspectiva democrática radical ou na democracia como modo de vida?

O estudo é de caráter essencialmente bibliográfico, utilizando-se da pesquisa documental e de procedimentos estatísticos em partes específicas do trabalho que serão exploratório e de confronto de dados. Trata-se de um estudo em perspectiva ampla e abrangente que diagnostica a democracia no contexto atual, considerando lógicas e racionalidades que sustentam o modelo vigente, para debater esta realidade no campo educacional. É uma pesquisa que exige muito da seleção e revisão de literatura por inserir-se numa temática ampla, complexa e com vasta bibliografia. Demanda um trabalho hermenêutico de fenômenos socioeconômicos, políticos e culturais construir um objeto de pesquisa na fronteira da educação com outras áreas, processo esse mediado e sustentado em categorias analíticas. Democracia, educação e capitalismo são realidades a serem decifradas, e precisam ser entendidos no contexto histórico e sociocultural em que se constituem e a categorias a que se vinculam, liberal-representativa ou radical, no caso da democracia, racionalidade concorrencial ou de desempenho, no caso do capitalismo. Em termos educacionais estão em questão concepções e o papel da educação na configuração de uma sociedade democrática. Nesse trabalho hermenêutico e de rigor analítico, filiamo-nos à perspectiva dialética por sua capacidade de observação da complexidade dos fatos, tomando distância de leituras deterministas produzidas pela interpretação linear.

A crise da democracia desperta em nós o desejo de compreendê-la no que diz respeito

à natureza e às implicações. Comungamos da ideia de tratar-se de uma crise de modelo, e que a forma representativa é processo resultante do predomínio de um “perfil” composto a partir de um jogo de forças com regras mais ou menos estáveis. A hegemonia do sistema político democrático não representa necessariamente o predomínio da democracia em todas as relações: “pouco há de democrático nas sociedades com um sistema político democrático.” (SANTOS, 2016, p. 133) A crise em curso representa o rompimento dos vínculos subjetivos entre o que os cidadãos pensam e querem e as ações daqueles que são eleitos e responsáveis por investir o dinheiro dos impostos em melhorias da vida das pessoas em sociedade. Colapso que se assenta, em grande medida, sob a tendência da classe política de defender os próprios interesses, a burocratização interna que afasta os militantes do controle dos partidos e de sistemas eleitorais dominados pelo marketing e por estratégias de comunicação, tornando o sistema autônomo em relação à participação dos cidadãos (CASTELLS, 2018, p. 13). Embora o funcionamento do sistema político, seus mecanismos de autoproteção, ao ser desnudado gera sentimento de frustração, reforçando a sensação da não representação, a indignação não se concentra no “interno” da política, mas de outras formas de hierarquia e de captura da cidadania.

É como se a democracia tivesse sido fígada pela sensação de liberdade individual produzida pela noção de livre iniciativa econômica, legitimando o modelo econômico ao justificar-se a si mesma. A afirmação da lógica neoliberal, por sua vez, institui um duplo movimento de cerceamento das decisões políticas, uma através da constituição de uma racionalidade que hegemoniza concepções de vida, outra na forma de atuação das grandes corporações, especialmente, as grandes instituições bancárias, ambas, com a participação do Estado. Tal prática cria barreiras à democracia radical, à medida que legitima um comportamento socioeconômico e estigmatiza como anacrônica outro modo de agir.

O neoliberalismo é um “sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e todas as esferas da vida” (DARDOT; LAVAL, 2016, 7). Constitui-se em racionalidade que exacerba a sensação de liberdade e de autonomia sobre as escolhas individuais, obrigando o sujeito a assumir a responsabilidade sobre o sucesso ou o fracasso. Tal racionalidade acaba por minar os laços sociais de generosidade, fidelidade, lealdade, solidariedade e de reciprocidade social (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 365), forjando uma ética individualista que enfraquece a coletividade, as relações e a própria personalidade. Racionalidade essa que transforma a norma geral de eficácia que se aplica à empresa em regra de vida do indivíduo, fazendo da obstinação por melhorar o próprio desempenho a única meta. É preciso fabricar para si mesmo um eu produtivo, fazendo da coerção econômica e financeira “*autocoerção* e *autoculpabilização*”, já que somos os únicos responsáveis por aquilo que nos acontece.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 245. Grifos dos autores)

Ao lado desta mentalidade que assume o controle das subjetividades, transformando-se em modo de vida, está a ação direta das grandes corporações que praticamente anula a ação dos “cidadãos comuns”, mesmo estes tendo direito a voto. A captura do poder político não é uma realidade captada facilmente no cotidiano e nem manchete de jornal, mas alguns pesquisadores da área identificam as lógicas da finança globalizada e as opções da política. “O poder corporativo tornou-se sistêmico, capturando uma a uma as diversas dimensões de expressão e exercício de poder, gerando uma nova dinâmica, ou uma nova arquitetura do poder realmente existente.” (DOWBOR, 2018, p. 115) Ao relatar um exemplo, isso ganha ainda mais materialidade: “A Google, por exemplo, tem hoje oito empresas de *lobby* contratadas apenas na Europa, além de financiamento direto de parlamentares e de membros da Comissão da UE.” (DOWBOR, 2018, p. 116) A conclusão parece óbvia. “O dinheiro e a pressão das corporações hoje penetram por toda a parte. (DOWBOR, 2018, p. 116)

Educar para a democracia implica considerar esses poderes econômicos que não emanam do povo, mas legitimar outra perspectiva de sociedade, a da equidade e da reciprocidade. Nesta perspectiva, os envolvidos precisam pensar os próprios objetivos e não aceitar as metas estabelecidas externamente (DEWEY, 1979, p. 27). Assim, a democracia não se reduz à formalidade, mas é carregada de sentido e conteúdo da vida real, por isso radical. A educação para a democracia precisa ser experiência formativa, no sentido profundo de ser algo que nos acontece, forma e transforma, configurando nosso modo de ser (LARROSA, 2017, p. 48).

REFERÊNCIAS

DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo* : ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo : Boitempo, 2016.

DEWEY, John. DEWEY, John. 4. ed. *Democracia e educação* : Introdução à Filosofia da Educação. São Paulo : Ed. Nacional, 1979.

DOWBOR, Ladislau. *A era do capital improdutivo*. 2.ed. São Paulo : Autonomia Literária, 2017.

LARROSA, Jorge. *Tremores* : escritos sobre experiência. Belo Horizonte : Autêntica, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A difícil democracia* : reinventar as esquerdas. São Paulo : Boitempo, 2016.